

## As relações EUA-América Latina na segunda metade do século XIX. Um estudo através dos casos de Argentina e Brasil

Antonio Battisti Bianchet Junior

Resumo: O presente trabalho fará uma introdução sobre a história das relações internacionais no Hemisfério Ocidental, mais especificamente entre os Estados Unidos da América e os países da América Latina, durante o período que vai, aproximadamente, da metade do século XIX até o início do século XX. Sendo o primeiro país do hemisfério a tornar-se independente (1776), os EUA logo estabeleceram o cerne do que seria sua conduta nos séculos seguintes. Em relação à política externa não foi diferente. Logo no início do século XIX, os *policymakers* determinaram as principais idéias do que seria o *mind-set* (SCHOULTZ, 2000) no qual foi baseada a conduta do “colosso do norte” para com o restante do Hemisfério Ocidental.

Mais relacionado a uma política de Estado do que de governos, o padrão de conduta dos EUA em relação aos vizinhos situados a sul do Rio Grande não variou muito desde a declaração que ficou conhecida posteriormente como Doutrina Monroe (1823) até as primeiras décadas do século XX. Este padrão baseava-se em três principais preocupações: a segurança nacional, os interesses financeiros e a política doméstica. (SCHOULTZ, 2000). Embora o que pode ser chamado de “padrão de conduta” não tenha mudado durante o período em questão, o mesmo não pode ser dito quanto ao paradigma das relações exteriores estadunidenses. A expansão territorial da primeira metade do século XIX, além de proporcionar à União um território de dimensões continentais, se estendendo da costa do Atlântico à do Pacífico, tornou o problema da escravidão insolúvel. Assim, em 1861, o país deu início à Guerra Civil. Com o fim desta, o sistema nortista foi estendido ao sul e a escravidão, abolida. A hegemonia do sistema nortista, capitalista industrial, trouxe a reconstrução ao sul, e paralelamente, houve crescimento econômico. Uma vez findada a reconstrução, a economia passou a entrar em uma fase de recessão, o que colocou em debate a postura dos EUA no cenário mundial, ou seja, qual seria o padrão das relações internacionais que o país deveria desempenhar para sair da crise.

A bibliografia especializada nas relações EUA-América Latina, justamente por tratar das relações dos EUA com todos os demais países de uma só vez, às vezes pode deixar um tanto vaga a noção geral de como cada país respondeu às investidas estadunidenses e como sua relação particular com o vizinho do norte se desenvolveu no período. Nesse sentido, buscou-se – além do estudo da bibliografia estadunidense sobre as relações EUA-América Latina – por meio do estudo da bibliografia especializada nas relações de Argentina e Brasil, individualmente, com os EUA, o embasamento para delinear de forma mais consistente um panorama das relações dos dois países com os EUA no contexto em questão.

Palavras-chave: Política externa estadunidense; relações EUA-Argentina; relações EUA-Brasil.

## Introdução

O objetivo principal deste trabalho é delinear o desenvolvimento da política externa dos Estados Unidos da América em relação à América Latina no período que vai desde meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, buscou-se definir um panorama da conduta dos EUA no cenário em questão, como se estabeleceram os padrões de ação e como essa ação efetivamente aconteceu e se modificou no período trabalhado. Além disso, buscou-se o aprofundamento um pouco maior por meio do estudo comparado dos casos de dois países com condutas, em grande medida, divergentes em relação aos EUA: Argentina e Brasil. Enquanto a Argentina desenvolveu uma história de certo distanciamento e até, pode-se dizer, certa rivalidade, o Brasil, geralmente, demonstrou-se receptivo às políticas dos EUA, o que, para alguns, era visto como certa submissão.

## EUA no Século XIX

Desde a sua independência da metrópole inglesa em 1776, os então recém formados Estados Unidos da América embarcaram em uma história de expansão e desenvolvimento. O território constituído ao fim da época que pode ser descrita como de “expansão territorial”, *grosso modo*, concluída em meados do século XIX, correspondia aproximadamente a onze vezes o território inicial das treze colônias que declararam independência da metrópole inglesa. (JUNQUEIRA, 2001, p. 39).

A história dessa expansão reflete a conduta estadunidense frente aos demais estados latino-americanos e mesmo às potências européias. Baseados em conceitos próprios de missão divina, superioridade racial e empresa individual, entre outros, logo após sua independência da Inglaterra, os EUA lançaram-se numa expansão que caracterizaria sua conduta no próximo século.

O início do século XIX foi um período propício para a expansão territorial dos EUA. Com os enfrentamentos bélicos que ocorriam na Europa, então possuidora de grandes territórios na região, os EUA se beneficiaram, aumentando seu poder de barganha na aquisição de tais regiões. A primeira delas foi a Louisiana, adquirida da França em 1803. Logo depois veio a Flórida, considerada de grande importância estratégica, adquirida da Espanha em 1812. Em 1836 acontece a independência do Texas, então um estado mexicano, por meio da ação de colonos estadunidenses que viviam na região. Após anos de embates diplomáticos e ações militares que culminaram em uma guerra contra o México, em 1845, os EUA, vitoriosos, anexaram o Texas à federação, tomando, além disso, cerca de metade do território mexicano, alcançando finalmente a costa do Pacífico. (MUNHOZ, 2009).

Além dos territórios continentais, outras áreas exerciam especial atração aos EUA. Uma delas era Cuba. A ilha, de importância estratégica, esteve sempre nos anseios dos governantes, como fica claro nas palavras de John Quincy Adams:

...there are laws of political as well as physical gravitation; and if an apple severed by the tempest from its native tree cannot choose but fall to the ground, Cuba, forcibly disjoined from its own unnatural connection with Spain, and incapable of self-support, can gravitate only towards the North American Union, which by the same law of nature cannot cast her off from her bosom. (SMITH, 2008, p. 25).

Porém, a questão da expansão territorial em geral, e, especificamente, a anexação de Cuba, estava relacionada a uma outra, que gerava intensos debates no governo, a escravidão. Uma vez a União dividida pela “linha do Missouri”, sendo que ao sul desta haviam estados baseados nas *plantations* que utilizavam o trabalho escravo, e, ao norte, em processo de industrialização nos moldes capitalistas, predominava o trabalho livre, a anexação de novos territórios influenciaria o frágil equilíbrio da balança de poder no congresso. Com a expansão territorial e anexação de novos estados, essa balança de frágil equilíbrio foi se tornando cada

vez mais instável. Os estados do sul defendiam a anexação de Cuba e outros territórios, pois estes representariam mais estados escravistas, favorecendo-os na disputa contra o norte. Já este, comprometido com as premissas capitalistas do trabalho livre assalariado, não poderia aceitar a incorporação de mais estados escravistas.

Esta questão foi delicadamente balanceada pelos governantes até meados do século XIX. Porém, durante a presidência de Abraham Lincoln, em paralelo a outras questões, o problema tornou-se insolúvel. Os estados do sul tentaram a secessão do norte, e este, não querendo a desintegração da união, reagiu, e em abril de 1861 iniciava-se a guerra civil. (JUNQUEIRA, 2001, p. 80 e ss).

Ambos os lados acreditaram que seria uma guerra rápida. A desvantagem econômica e militar do sul em relação ao norte era grande, porém, o sul possuía bons estrategistas e acreditava que lutava por uma causa justa, o que estimularia seus combatentes. Não cabe aqui uma discussão detalhada da guerra civil, o que importa salientar, para os objetivos do trabalho, é que a guerra foi materialmente destrutiva para o sul e os efeitos que a reconstrução geraria, principalmente em relação à expansão econômica traria conseqüências em relação aos paradigmas da política externa. Ao fim da guerra, a escravidão foi abolida no sul, a união foi mantida, porém, apesar da abolição, o problema racial não estava nem perto de ser resolvido. Pode-se dizer que mesmo até hoje esse problema não haja sido resolvido nos EUA, mas isso também não diz respeito à proposta do trabalho.

Segundo Mary Anne Junqueira (JUNQUEIRA, 2001) e Mark T. Gilderhus (GILDERHUS, 2000), o fim da guerra civil culminou na hegemonia do sistema nortista, que passou a controlar o jogo político, acelerando as transformações nos EUA. Nas palavras de Gilderhus:

By abolishing slavery and modifying states' rights, the North's victory sanctioned the use of federal authority and the rise of business and industrial leaders who put faith in the transformative powers of capitalist enterprise. For the rest of the century and beyond, such men controlled U.S. destiny at home and abroad. (GILDERHUS, 2000, p. 4-5).

De acordo com Lars Schoultz (SCHOULTZ, 2000), após a guerra civil, os EUA se fecharam num período de reconstrução e o ímpeto expansionista cessou. Exemplo claro disto foi o "sepultamento" do tratado que tentou a anexação da República Dominicana, em 1870. A partir de então, um consenso passou a existir nos EUA de que era desaconselhável a anexação de qualquer território que implicasse a incorporação de povos de origem latina. (SCHOULTZ, 2000, p. 105).

Em relação ao contexto pós-Guerra Civil, Gilderhus discute as abordagens de diversos autores sobre o período. Mas é consenso que no último quartel do século XIX os EUA passaram por um período de intensa flutuação econômica. Apesar de, no geral, o período representar uma grande expansão econômica, as depressões de 1873-8, 1882-5 e 1893-7 abalaram a crença na auto-suficiência da economia estadunidense. (GILDERHUS, 2000).

De acordo com o senso comum, a aguda expansão da economia havia alcançado uma situação extrema, onde o país produzia mais do que seus habitantes podiam consumir, assim sendo, era necessário expandir o mercado, ou a recessão tomaria conta. Outra tese, além desta relacionada à superprodução, era a do subconsumo, porém não cabe aqui fazer uma discussão mais profunda sobre a validade de tais teses.

Nesse sentido, segundo Gilderhus, entre a maioria dos historiadores há um consenso de que, logo após a guerra civil, houve uma mudança de ênfase na política externa, o que o autor chama de *New Diplomacy*, que representaria as bases do imperialismo estadunidense da virada do século. Para exemplificar uma dessas diferentes abordagens do período, Gilderhus cita a perspectiva de Walter LaFeber:

(...) the antecedents of the New Empire came about soon after the Civil War. Although preoccupied with internal affairs such as Reconstruction, the conquest of

the West, and the Industrial Revolution, the leaders of the United States retained an interest in the outside world but with a shifting emphasis. Less concerned than previously with territorial acquisitions, they attached more importance to commercial expansion, hoping by this means to moderate the instabilities of the Industrial Age. (GILDERHUS, 2000, p. 5).

De acordo com Mary Anne Junqueira e Lars Schoultz, para garantir a expansão de seu comércio e influência no continente americano e rivalizar com a poderosa Inglaterra, então dominante no comércio ao sul do Rio Grande, os EUA precisariam controlar os mares. Assim, no período houve um maciço investimento na indústria naval, estabelecendo a criação de uma grande frota comercial e de guerra. Desse modo os EUA lançaram-se na “corrida imperialista”. (JUNQUEIRA, 2001; SCHOULTZ, 2000).

Para Peter Smith, no final do século XIX os EUA mudaram sua estratégia em relação à América Latina. Após intensos debates sobre princípios e métodos de expansão, Washington mudou, basicamente, da aquisição de território para a criação de uma esfera de interesse, estendendo a hegemonia estadunidense por meio de uma rede informal de relações políticas e econômicas. Nesse sentido, os EUA começaram a empreender vigorosos esforços para institucionalizar seu crescente clamor por hegemonia no hemisfério ocidental. [tradução livre do autor] (SMITH, 2008, p. 28-9). A partir de 1881, o Secretário de Estado James G. Blaine passou a planejar a idéia de conferências pan-americanas. Nas palavras do próprio Blaine, seus objetivos eram:

first, to bring about peace...; second, to cultivate such friendly commercial relations with all American countries as would lead to a large increase in the export trade of the United States. To obtain the second object the first must be accomplished. (SMITH, 2008, p. 29).

Para o mesmo período, Gilderhus discorre sobre as tentativas de Blaine de desenvolver uma política pan-americana. Segundo o mesmo autor, essa época marcou o início de um novo paradigma nas relações EUA - América Latina. Não entrando no mérito das intenções reais de Blaine ao propor tais políticas, cabe dizer que, de início, elas renderam poucos frutos. Com o assassinato do presidente James Garfield, assumiu o vice Chester A. Arthur, que substituiu Blaine por Frederick T. Freylinghuysen. Como um representante da “velha diplomacia”, este cancelou a conferência planejada, que teve de esperar até 1889, com a volta de Blaine, para ser realizada. (GILDERHUS, 2000).

A situação da disputa imperial no fim do século XIX foi se tornando mais favorável aos EUA, principalmente com a virtual exclusão da “ameaça britânica”, representada claramente pelo caso da disputa fronteiriça na Venezuela (1895). Depois de muitos entraves diplomáticos, a Grã-Bretanha aceitou a arbitragem do caso pelos EUA, que definiu a disputa praticamente em favor dela, em detrimento das reivindicações venezuelanas. Assim, como numa espécie de acordo tácito, os EUA favoreceram a Inglaterra na disputa, à medida que esta reconheceu a hegemonia estadunidense no hemisfério. Nas palavras de Lars Schoultz:

(...) a disputa sobre o canto sudeste da Venezuela era algo maior que uma simples extensão de acres tropicais. Era um anúncio de que os Estados Unidos pretendiam mover-se para o topo, na hierarquia das nações, mesmo que para as potências européias fosse uma idéia presunçosa. Olney mais tarde admitiria que as palavras de sua nota aos ingleses “eram, sem dúvida, de tom briguento,” mas “a justificativa para sua emissão é que, aos olhos ingleses, os Estados Unidos eram algo completamente negligenciável que acreditou-se que somente palavras equivalentes a murros seriam realmente efetivas.” A Venezuela era só o começo, pois o mundo estava prestes a descobrir em Cuba e no Panamá o que significava a doutrina Olney quando ela declarava que os Estados Unidos eram praticamente soberanos neste continente. (SCHOULTZ, 2000, p. 148).

## As Relações Argentina-Eua

Em meados do século XIX, o crescimento da economia mundial e a expansão do comércio serviram de pano de fundo para a discussão sobre as políticas econômicas e de desenvolvimento na América Latina. Criou-se uma espécie de consenso de que o desenvolvimento da região viria por intermédio da integração ao mercado mundial, na posição de exportador de matérias primas. Além disso, buscou-se os investimentos externos e alguns países incentivaram a imigração européia, como foi o caso da Argentina e do Brasil. Teorias alternativas em defesa da proteção dos setores que competiam com as importações ou em prol da exportação de manufaturados tiveram pouco ou nenhum suporte por parte das elites políticas. (BULMER-THOMAS, 2003). Outro ponto importante é a virtual inexistência de questionamentos quanto ao modelo econômico a ser seguido, como fica claro na passagem de Bulmer-Thomas:

Economic issues, which figured so prominently in public debate in the second half of the twentieth century, were relatively noncontroversial after the mid-nineteenth century. The free-trade issue had been settled, a certain degree of protection for domestic activity was considered acceptable, and foreign investment and foreign immigration were generally encouraged. (BULMER-THOMAS, 2003, P. 49).

Mas há que se salientar que, embora houvesse um consenso sobre os modelos econômicos a serem praticados, isto não significou a implementação de conjuntos de políticas econômicas consistentes. Um dos grandes entraves neste sentido era a instabilidade política que afetava a maioria do subcontinente, e a Argentina não foi uma exceção. (BULMER-THOMAS, 2003).

Tendo em vista o posicionamento dos países latino-americanos quanto às políticas econômicas, segundo Joseph S. Tulchín, a história das relações entre Estados Unidos e Argentina no período que vai de meados do século XIX até o início do século XX pode ser dividida em duas fases principais: a primeira, relativa a aproximadamente o período entre 1850 e 1865, caracterizou-se pelo desinteresse mútuo entre os países; a segunda, que vai aproximadamente de 1865 até o fim da Primeira Guerra Mundial, caracterizou-se pela divergência entre as maneiras de ver o mundo, sendo que, devido ao crescimento econômico dramático, os países foram levados à competição e empurrados cada vez mais distantes politicamente um do outro. O período terminou com os EUA emergindo como potência econômica e militar mundial e a Argentina relegada a um papel relativamente minoritário no cenário político global. (TULCHÍN, 1999).

Em relação à primeira fase, em grande medida, o desinteresse em estreitar as relações foi determinado pelo foco empregado nos assuntos internos, incluindo a expansão territorial e guerra civil, que aconteciam, de diferentes modos, nos dois países. (TULCHÍN, 1999).

Porém, com o desenvolvimento espetacular da economia de exportação argentina na parte final do século XIX, novas perspectivas foram buscadas no intuito de manter o ritmo de crescimento. Como dito, o período foi caracterizado pela divergência nos interesses e modos de lidar com o contexto. A Argentina buscava um posicionamento independente dos Estados Unidos, com intuito de não abalar suas relações com a Europa Ocidental, principalmente a Inglaterra, pois esses laços eram considerados responsáveis pelo desenvolvimento então experimentado pelo país. Uma passagem de Tulchín pode ajudar na compreensão da visão argentina do período:

It was not that Argentina set out to compete directly with the United States or to confront U.S. power in the international arena. Rather, Argentine leaders sought to establish for their nation an image, a role, a niche as trading partner of Europe that obviously and deliberately differed from that of the United States. If circumstances brought the two nations together, either in the same forum or the same marketplace, then Argentina was willing to run counter to the policies or objectives of the United States, should that prove necessary, in order to avoid any semblance of domination

by that country and in order to avoid any action that would embarrass its commitments to Europe. Those commitments were perceived as the chief cause of the economic benefits that flowed to Argentina during its period of expansion and as the guarantor of the nation's privileged position in world affairs. (TULCHÍN, 1999, P. 150).

Em outras palavras, as elites oligárquicas argentinas nutriam fidelidade às nações européias, principalmente à Inglaterra, em relação ao comércio como atividade vital para a saúde econômica do país. Acreditavam na divisão internacional do trabalho como fator que traria a prosperidade econômica da Argentina enquanto o *status quo* fosse mantido, por isso eram contrários a qualquer tentativa de organização pan-americana guiada pelos Estados Unidos, fosse com objetivos econômicos ou comerciais, pois isto causaria um enfraquecimento dos laços com a Europa, o que traria sérias conseqüências para o país. No mesmo sentido, buscavam o reconhecimento da posição argentina no cenário mundial, porém, segundo Tulchín, não possuíam as características que a fariam obter tal reconhecimento, por exemplo, não se envolviam em questões extra-continentais, não incentivavam o desenvolvimento da indústria, etc. (TULCHÍN, 1999). A perspectiva vacilante fica clara nas palavras de Tulchín:

In a sense, the Argentine oligarchy was prepared to march slightly out of step with the other nations of the western world, but they believed that such a position would not prejudice their security or their national interests. It almost certainly would bring them into conflict with the United States, but they believed that the confrontation would be held within acceptable limits, either by the deterrent of their own growing power in the marketplace, or by the deterrence of their European customers and natural allies. Until that time, Argentine policy would be directed toward frustrating U.S. ambitions in South America and preventing any hemispheric projects that might compromise Argentine commitments to Europe and the international division of labor. The war in Europe would demonstrate painfully the limits of such a policy, the extent of Argentine dependence within the international market, and the considerable costs of confronting the United States in a situation in which the colossus of the north was disposed to use its overwhelming power. (TULCHÍN, 1999, P. 168).

## As Relações Brasil-Eua

Em meados do século XIX, as relações entre Brasil e Estados Unidos eram, basicamente, transações comerciais rotineiras e referentes a negócios consulares. Esta modesta relação reflete a falta de importância estratégica do Brasil, bem como o fato de que manter relações com países tão longínquos (para os padrões da época) não era tão importante para o governo dos Estados Unidos. (SMITH, 1999).

Os relatos de viajantes produzidos em meados do século XIX e divulgados nos Estados Unidos apresentavam o Brasil como um lugar repleto de recursos e exortavam os homens de negócios a investirem nesse que era o último dos grandes mercados ainda não desenvolvidos aberto, esperando a iniciativa do livre empreendedor estadunidense. Além disso, era enfatizada nos relatos a diferença entre o Brasil e as repúblicas hispano-americanas. Na visão dos viajantes estadunidenses, o Brasil se apresentava como possuidor de uma política estável e respeitável, representada pela figura do imperador Dom Pedro II. Entretanto, esses retratos otimistas do Brasil eram contrastados por outros que chamavam a atenção para problemas como a vastidão e o caráter selvagem do território, em sua maioria, ainda não explorado, bem como a situação sanitária nos grandes centros, principalmente o Rio de Janeiro, assolado por doenças como a malária e a febre amarela. (SMITH, 1999).

Logo que os mercados brasileiros foram abertos ao comércio, no início do século XIX, as expectativas nos Estados Unidos tomaram grande dimensão. Porém, como os dois países eram essencialmente agrícolas e tinham uma produção similar, não havia muito o que ser

comerciado. Ainda assim, os Estados Unidos importavam artigos como cacau, café, açúcar, tabaco e couro; e por sua vez, exportavam principalmente o trigo. Dessa maneira, a balança comercial era geralmente favorável ao Brasil. (SMITH, 1999).

Apesar do comércio entre os dois países ser modesto, o Brasil figurava entre os maiores parceiros comerciais dos Estados Unidos na América Latina. É importante lembrar que para o período (os dois primeiros terços do século XIX, aproximadamente) a maior parte do comércio brasileiro era feito com as potências européias, principalmente a Inglaterra. O autor chama a atenção para o fato de o comércio com os Estados Unidos ser dificultado, entre outros fatores, pela falta de linhas de transporte marítimo entre os dois países (SMITH, 1999), problema que seria praticamente resolvido algumas décadas depois, quando ocorreu nos Estados Unidos um maciço investimento na formação de uma esquadra no intuito de favorecer o comércio e o poderio bélico pelos mares, iniciativa, em grande medida, incentivada pela publicação de *The influence of sea Power upon history* (1890), de autoria do comandante do U.S. War Naval College, Alfred Tahyer Mahan. (MUNHOZ, 2009).

Segundo Smith, as relações comerciais entre os dois países eram dificultadas também pelo pobre trabalho consular desempenhado pelos oficiais estadunidenses, que geralmente possuíam pouca informação sobre o Brasil e também escassa vontade de desempenhar um papel profícuo. Muitos até se sentiam incomodados pela designação à trabalhar no Brasil. (SMITH, 1999).

Em relação às duas principais guerras pelas quais os dois países em questão passaram durante o século XIX, houve uma certa semelhança nas condutas. Quando da Guerra Civil nos Estados Unidos, o Brasil buscou a neutralidade, reconhecendo a beligerância dos estados confederados, embora o imperador Dom Pedro II haja, particularmente, expressado seu desejo de que a União terminasse como vencedora. No tocante à Guerra da Tríplice Aliança, que uniu Argentina, Brasil e Uruguai contra o Paraguai, os Estados Unidos também buscaram uma posição mais neutra, defendida principalmente pelo secretário de Estado que ocupava o cargo na época, William Seward. (SMITH, 1999). A política de Seward refletia a imagem da relação que os dois países possuíam no momento. Porém, no Brasil, começavam a aparecer indícios de que uma aproximação aconteceria, como fica claro na passagem de Smith:

Seward's diplomacy indicated that Brazilian affairs had marginal strategic significance for the United States. In fact, aside from a modest trading relationship, U.S. citizens had relatively little contact with Brazil during the period from 1850 to 1875. The barriers of language and geographical distance ensured that both nations were culturally and physically kept apart from each other. For Brazilians, the "Old World" of Portugal, France, and Britain remained their exemplar and spiritual home. Nevertheless, as communications improved throughout the second half of the nineteenth century, Brazilians became more aware of the existence and achievements of the United States. They were particularly impressed by that country's dynamic economic growth and technological advances. (SMITH, 199, P. 203).

A tendência a uma maior aproximação também é corroborada pela visita do imperador Dom Pedro II aos Estados Unidos em 1876, em virtude das comemorações do centenário da independência estadunidense. Embora faltasse uma motivação política real para a visita, assuntos como a expansão do comércio entre os países foram tratados. Porém, a questão da expansão do comércio e das linhas de transporte marítimas continuavam controversas nos Estados Unidos, e o debate se estendeu por mais alguns anos sem maiores resultados. (SMITH, 1999).

A partir da década de 1880, notavelmente pelos esforços do secretário de Estado James G. Blaine, a questão da integração do hemisfério adquiriu maior importância, havendo sido debatida a possibilidade de uma conferência pan-americana. Porém, com a saída de Blaine do cargo, em 1881, e este assumido por Frederick Frelynghuysen, a questão da conferência foi adiada. (SMITH, 2008). Adiante, em parte como uma tática para obter a

reeleição nas eleições de 1888, o presidente Grover Cleveland enfatizou a proposta de estabelecer vínculos mais próximos com o Brasil, principalmente no intuito de expandir o comércio, como fica claro na passagem:

From 1887 onward, however, Brazil became an integral element of U.S. commercial diplomacy. Surprisingly, the initiative came from the Democrats rather than the Republicans. As part of his electoral strategy to win reelection in 1888, President Grover Cleveland decided to stress the promotion of U.S. overseas commerce. The inclusion of Brazil in his plans was revealed in a private interview with the Brazilian consul-general at New York, Salvador de Mendonça. After praising Brazil as the most important nation of South America, Cleveland suggested the formation of a customs union or German *zollverein* between the two countries. The president's proposal was studiously vague, but he wished it to be communicated to Rio. (SMITH, 1999).

Mesmo havendo perdido as eleições daquele ano para Benjamin Harrison, a política de aproximação não foi descartada. Ao mesmo tempo que assumiu Harrison, James G. Blaine retornou ao cargo de secretário de Estado, retomando os projetos sobre a conferência pan-americana. O governo brasileiro viu a conferência como uma oportunidade conveniente e enviou uma delegação com o poder de discutir tratados de comércio bilateral. (SMITH, 1999).

Durante os acontecimentos da I Conferência Internacional Americana, correram notícias sobre a tomada do poder no Brasil por meio de golpe militar, havendo sido proclamada a república. Argentina e Uruguai logo reconheceram o novo regime, bem como a maioria dos outros países latino-americanos. O Brasil logo buscou o reconhecimento do novo regime por parte dos Estados Unidos, o que representava grande importância no momento. Entretanto, os Estados Unidos adotaram uma conduta mais cautelosa, esperando a situação se acalmar, no intuito de verificar a legitimidade do novo regime para com a população do país. Além disso, alguns fatores dificultavam o rápido reconhecimento, como por exemplo a escassez de informações atualizadas sobre o que estava acontecendo no Brasil, bem como as discussões políticas internas nos Estados Unidos, que dividiam a casa quanto o reconhecimento da nova república. Além disso, vale lembrar a boa imagem que o Imperador Dom Pedro II possuía nos Estados Unidos, o que, de certa maneira, em seu respeito, pode haver feito tardar um pouco mais o reconhecimento. (SMITH, 1999).

Uma vez obtido o reconhecimento, as discussões acerca do desenvolvimento de acordos comerciais, enfatizadas na Conferência, tiveram prosseguimento. Tais discussões levaram ao desenvolvimento do que foi denominado como política de reciprocidade, por meio da qual o Brasil concedeu a redução de tarifas a uma série de produtos oriundos dos Estados Unidos, e, em contrapartida, estes permitiram a entrada de alguns produtos brasileiros livres de tarifas. Porém, devido a questões política internas, o tratado não foi bem visto pela opinião pública no Brasil, situação que foi agravada pelo estabelecimento de similar acordo entre Estados Unidos e Espanha, o que favorecia a entrada do açúcar cubano nos Estados Unidos, minando assim as pretensões brasileiras de obter o monopólio do mercado de açúcar estadunidense. (SMITH, 1999). Uma passagem do mesmo autor pode ajudar na compreensão:

The flowering of the reciprocity policy was pleasing to the Harrison administration and beneficial to the U.S. consumer, but it failed to revive the Brazilian sugar industry and therefore defeated Brazil's original purpose in signing the arrangement. Only with a tariff advantage could Brazilian sugar exports hope to compete with the more efficient Caribbean sugar producers. To make matters worse, Brazilian protests to Washington were treated in an unsympathetic manner. Despite the bruised feelings of Brazilian diplomats, the arrangement proved advantageous for Brazil. Although the reciprocity treaty failed to halt the decline of the Brazilian sugar industry, it gave a boost to coffee exports and thereby assisted the development of the fastest growing sector of the Brazilian economy. Consequently, "free coffee" replaced "free sugar" as the dominant issue in commercial relations between the two countries. (...)The conclusion of the reciprocity arrangement in January 1891 marked

the high point of diplomatic cooperation between the United States and Brazil during the second half of the nineteenth century. (SMITH, 1999, P. 212).

Entretanto, uma perspectiva diferente pode ser obtida de acordo com Sidnei J. Munhoz. Para o autor, a “reciprocidade” não foi tão benéfica para a economia brasileira como nos mostrou Joseph Smith; como mostra a passagem:

O primeiro sucesso de Blaine se deu em 1890, quando as “tarifas de reciprocidade” foram aprovadas no Congresso dos Estados Unidos. Com a legislação, alguns produtos latino-americanos, como o açúcar e o café, poderiam entrar livremente nos Estados Unidos, desde que a nação produtora permitisse a entrada de produtos dos Estados Unidos no seu território. Com isso, por exemplo, as exportações estadunidenses para o Brasil cresceram US\$ 500 milhões em três anos, enquanto as importações de produtos brasileiros pelos Estados Unidos tiveram um incremento de apenas US\$ 17 milhões. Resultados similares foram obtidos nas relações comerciais com outros países da região. (MUNHOZ, 2009, P. 249).

Paralelamente, o Brasil estava passando por um período politicamente turbulento, que culminou na resignação o presidente Deodoro da Fonseca; o que não acalmou a situação de turbulência. Assimiu Floriano Peixoto, que precisou lidar com uma séria divisão na Marinha a respeito do papel político a ser exercido pela instituição que era motivo de controvérsia desde a queda do imperador Dom Pedro II. Em setembro de 1893, o almirante Custódio de Melo tomou o comando de uma frota no porto do Rio de Janeiro e exigiu a resignação de Peixoto sob a ameaça de bombardeio à cidade. Peixoto negou-se a resignar, o que havia acontecido dois anos antes com Deodoro da Fonseca em circunstâncias muito semelhantes. Como resultado, a armada ficou dividida entre os dois líderes. (SMITH, 1999).

A revolta chamou a atenção internacional devido aos efeitos negativos que produzia no comércio entre as nações, porém estas, inicialmente, escolheram a neutralidade. Entretanto, as nações envolvidas não decidiram deixar os brasileiros lutar em detrimento de seu comércio. Trataram um acordo que previa a livre circulação dos navios de comércio na baía e estes seriam defendidos pelos navios de guerra de seus respectivos países; o que de certa forma veio em detrimento a Custódio, pois dificultava suas operações. (SMITH, 1999).

Na sequência, o Almirante Luís Saldanha da Gama juntou-se à causa rebelde, aumentando o poderio desta. Como a situação ficou mais difícil para os navios de comércio, principalmente estadunidenses; e diante da tentativa de Gama de estabelecer inspeções, os oficiais estadunidenses no comando dos navios de guerra que estavam protegendo os de comércio não aceitaram tais planos, declarando que usariam da força para garantir a segurança da frota sob o seu comando. (SMITH, 1999).

Embora tal intervenção, sob o comando do almirante Andrew Benham, haja assegurado o trânsito dos navios comerciais, os navios rebeldes permaneciam na baía. Além disso, aumentavam os rumores sobre possíveis planos ingleses para o retorno da monarquia, bem como sobre o avanço de movimentos separatistas no sul aliados aos rebeldes. Houve discussão sobre quais seriam os motivos reais da intervenção dos Estados Unidos no caso. Segundo Benham, a intervenção não tinha o objetivo de ajudar nem Peixoto, nem Melo e Gama, mas garantir o livre trânsito dos navios mercantes, entretanto, fica claro que as ações vieram em detrimento dos rebeldes. Porém, “*Whatever his exact intention, Benham had effectively demonstrated how the growing military power of the United States could be projected to assert U.S. rights in Latin America.*” (SMITH, 1999, P. 217). Como sua tentativa de bloqueio naval foi barrada, a situação de Gama ficou insustentável, retirando-se do conflito em 1894, e, um ano depois, com sua morte, o conflito chegou ao fim. Peixoto manteve-se no poder. (SMITH, 1999).

Outra questão que envolveu diretamente os Estados Unidos foi a disputa territorial com a Bolívia sobre a região do Acre, e, de certo modo, também envolvendo o Peru. A disputa foi resolvida entre os países, sob a supervisão dos Estados Unidos, quando a Bolívia reconheceu a autoridade do Brasil sobre o território. Não cabe aqui uma discussão mais

aprofundada sobre o caso, entretanto, é ilustrativo para demonstrar o crescente interesse do Brasil em estreitar as relações com os Estados Unidos. Uma passagem de Smith pode ajudar na compreensão, bem como servir de conclusão para o tópico:

The Acre question demonstrated that, at the beginning of the twentieth century, the United States was no longer a distant and indifferent spectator of South American affairs. Indeed, the interested parties in the dispute saw Washington as the decisive focal point of their diplomatic maneuvers, and each side competed to win U.S. support. Brazilian diplomacy had already, if only fitfully, reflected this development throughout the 1890s. Salvador de Mendonça had stressed the vital importance of U.S. recognition of the republic. Floriano Peixoto had appreciated the usefulness of U.S. support during the naval revolt. But it was Rio Branco who was credited with articulating the strategy of "approximating" Brazil's foreign policy as closely as possible to that pursued by the United States. Already appreciative of the significance of U.S. assistance in the Misiones boundary dispute, Rio Branco recognized that his country's diplomatic axis had shifted from Europe to the United States. Relations with the great European powers would continue to be important, but the friendship and support of the United States was now considered crucial to the realization of Brazil's own national interests. (...)As Rio Branco perceived, an era of international relations was coming to an end. The European powers were in relative decline, while the United States was asserting its hemispheric preeminence. Adjusting to this geopolitical fact would be the principal theme of relations between the United States and Brazil for much of the twentieth century. (SMITH, 1999. P 224-5).

## Conclusão

O presente trabalho objetivou delinear os principais aspectos do contexto político e econômico do período entre meados do século XIX e início do século XX no continente americano. Os Estados Unidos, tendo obtido a independência de sua metrópole antes de qualquer outra região no Hemisfério Ocidental, logo lançaram as bases sobre as quais seria empreendida a sua atuação política interna e externamente. Essa política, de início, representou uma expansão territorial que aumentou seu território inicial em cerca de onze vezes (JUNQUEIRA, 2001; MUNHOZ, 2009).

Uma vez empreendida a expansão territorial, e como o setor interno do país não dava conta de consumir os frutos da notável expansão industrial, os Estados Unidos se lançaram à "corrida imperial" no afã de solucionar os problemas econômicos que os assolavam. Isso muitas vezes significou a intervenção armada em diversas regiões da América Latina com o propósito defesa dos interesses estadunidenses.

Os países latino-americanos, que em sua maioria adquiriram a independência no início do século XIX, geralmente experienciaram períodos de turbulência política, com exceção do Brasil que se tornou independente em 1822, mas manteve o regime monárquico até 1889. A situação de turbulência política, em grande medida, refletia-se no desempenho econômico de tais países e nas suas perspectivas de crescimento sustentado. Esses países permaneceram ligados à exportação de produtos primários, o que, geralmente, era pouco rentável para suas balanças comerciais, diante da importação de manufaturados com maior valor agregado, bem como os deixava vulneráveis às flutuações do mercado internacional.

Tratando das relações de Argentina e Brasil com os Estados Unidos, pôde-se perceber claramente a diferença nas condutas. Para o início do período abordado no trabalho, tanto a Argentina quanto o Brasil possuíam pouca relevância política e econômica no cenário estadunidense. Adiante no tempo, a Argentina foi desenvolvendo uma política geralmente hostil aos Estados Unidos, em grande medida devido aos seus laços econômicos e culturais com a Europa Ocidental, particularmente a Inglaterra, dada a importância com que esses laços eram vistos no país platino. Já o Brasil, aos poucos foi se desligando das nações européias,

buscando uma aproximação com os Estados Unidos, o que, geralmente, não significou benefícios significativamente concretos.

Dessa maneira pode-se concluir que desde a constituição dos Estados Unidos da América como nação em 1776, suas políticas tiveram enorme repercussão na América Latina. Inicialmente a expansão territorial dos Estados Unidos se deu por meio de negociações com vizinhos, aquisição de territórios e pelo emprego da força militar. Dessa forma, os EUA avançaram, abocanhando os territórios circunvizinhos. Mais tarde, após a consolidação e definição das fronteiras dos EUA, por volta de meados do século XIX os interesses do país passaram a ser definidos a partir de outra forma de expansão, a das atividades comerciais. Durante a última década do século XIX, os EUA adotaram uma postura imperial e passaram a empregar o peso da sua economia e da sua força militar para abrir os mercados internacionais então fechados pelo sistema colonial.

### Referências Bibliográficas

BULMER-THOMAS, Victor. *The economic history of Latin America since independence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

GILDERHUS, Mark T. *The Second Century. U.S.-Latin American relations since 1889*. Wilmington: Scholarly Resources, 2000.

JUNQUEIRA, Mary Anne. *Estados Unidos: A consolidação da nação*. São Paulo: Contexto, 2001.

MUNHOZ, Sidnei J. “A Construção do Império Estadunidense.” In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo Pereira; MUNHOZ, Sidnei J. (coord.) *Impérios na História*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2009.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Tradução de Raul Fiker. Revisão técnica de Mary Anne Junqueira. Bauru: EDUSC, 2000.

SMITH, Joseph. “Brazil: on the periphery I.” In: LEONARD, Thomas M. *United States-Latin American Relations 1850-1903. Establishing a relationship*. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 1999.

SMITH, Peter H. *Talons of the eagle. Latin America, The United States and the world*. New York: Oxford University Press, 2008.

TULCHÍN, Joseph S. “Argentina: Clash of global visions I.” In: LEONARD, Thomas M. *United States-Latin American Relations 1850-1903. Establishing a relationship*. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 1999.